

Experiência docente e transmissão familiar do magistério no Brasil

Experiencia docente y transmisión
familiar del magisterio en Brasil

Teaching experience in
the Nineteenth Century and familiar
transmission of teaching in Brazil

Fabiana Garcia Munhoz

Universidade de São Paulo
fgmunhoz@gmail.com

Diana Gonçalves Vidal

Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo
dvildal@usp.br

Resumo

Este artigo apresenta interpretações sobre experiências docentes no Brasil na primeira metade do século XIX. Trabalhamos com a hipótese de que a aprendizagem do ofício no âmbito familiar foi uma importante via de reprodução da docência e de que houve investimento das famílias em transmitir, aos seus membros, esta herança imaterial e favorecer a inserção ao corpo docente, sobretudo público. Nossa interpretação é tecida a partir de procedimentos metodológicos da micro-história e dos alertas analíticos do campo da cultura material escolar. O cerne das fontes é constituído por ofícios e mapas de frequência, remetidos pelos professores à inspetoria da instrução pública, pela legislação educacional do período e por livros de memórias de localidades. As experiências docentes das famílias estudadas permitem analisar diferentes dimensões da inserção dos sujeitos no magistério e a percepção de que o magistério tem, na família, uma ambiência favorável, e, mais do que isso, autorizada e legítima de reprodução do ofício, reverberando na legislação educacional do período.

Palavras Chaves: experiências docentes; transmissão familiar do magistério, mapas de frequência escolares

Resumen

Este artículo presenta las interpretaciones de experiencias docentes en Brasil en la primera mitad del siglo XIX. De este modo, trabajamos con la hipótesis de que el aprendizaje de este oficio en el ámbito familiar ha sido un importante camino para la reproducción de la docencia. Además, consideramos el hecho de que las familias hacen inversiones con la finalidad de transmitir a sus miembros esta herencia inmaterial que contribuyó para la formación del cuerpo docente, principalmente el público. Nuestra interpretación se teje/configura a partir de procedimientos metodológicos de la microhistoria y alertas del análisis del campo de la cultura material escolar. El punto clave para la formación del conjunto de las fuentes se constituye de oficios y mapas de frecuencia enviados por los profesores a un órgano de inspección de la instrucción pública, de la legislación educacional de ese periodo y de libros de memorias de lugares. Las experiencias docentes de las familias estudiadas permiten que analicemos distintas dimensiones de la inserción de sujetos en la docencia y que percibamos que ésta –la docencia– transcurre en un espacio familiar, con su reproducción autorizada y legitimada en consonancia con la legislación educacional del referido período.

Palabras claves: experiencia docente; transmisión familiar de docencia; registro de frecuencia escolar.

Abstract

This article presents interpretations about teaching experiences in Brazil in the beginning of Nineteenth Century. We conjecture that learning craft inside the family was an important way for propagation of teaching and that families transmitted this cultural legacy to their members to promote their professional integration, especially the public teaching one. Our interpretation is made upon micro-history methodological procedures, and from analytical alerts the field of school material culture. The core of the sources set consists of official letters and school frequency maps sent by teachers to the public instruction office, educational legislation of the period, and local memory books. Teaching experiences of the studied families allow us to analyze several dimensions of teaching and realize that this craft has a favorable ambiance in the family and, more than that, is an authorized and legitimate way for teaching transmission, which created some effects on the educational legislation of the period.

Key words: teaching experiences; familiar transmission of teaching; school frequency maps.

Introdução

Que caminhos percorreram os mestres de primeiras letras para se tornarem professores e exercerem o magistério no Brasil na primeira metade do século XIX? Uma via recorrente de reprodução e exercício do magistério envolve a parentalidade. Ou seja, em meio à heterogeneidade das experiências educativas que marcam o Brasil Oitocentista, é possível identificar professores com vínculos de parentesco entre si exercendo o magistério no interior de suas casas. Neste artigo, investigamos a hipótese de que a aprendizagem do ofício no âmbito familiar doméstico foi uma importante via de reprodução da docência (Nascimento, 2011; Munhoz, 2012) e de que houve investimento das famílias, tanto em transmitir, aos seus membros, esta herança imaterial (Levi, 2000) quanto em favorecer sua inserção no magistério, sobretudo público. Consideramos que o emprego de professor de primeiras letras representava uma condição social privilegiada no interior de uma ordem escravocrata, em uma nação que se constituía e demandava letrados para suas instituições, a despeito das constantes e legítimas referências aos baixos ordenados no período. Investigamos as trajetórias de alguns professores de primeiras letras em localidades do atual Estado do Paraná – no período, a 5ª Comarca da Província de São Paulo¹. A partir da experiência destes sujeitos, estabelecemos a interlocução com algumas autoras da historiografia da educação brasileira (Schueler, 2002; Nascimento, 2011) que se debruçaram sobre o tema da transmissão familiar do magistério em outras províncias no Brasil.

O cerne da série documental é constituído por ofícios e mapas de frequência, remetidos pelos professores à inspetoria da instrução pública na interface com a legislação educacional do período. Somam-se, às fontes da Instrução Pública (IP), as *Memórias históricas* de Paranaguá (1850) e Morretes (1851), escritas por Antonio Vieira dos Santos (1951 a e b). A interpretação é construída numa perspectiva micro-histórica (Ginzburg, 1991; Revel, 2000), valendo-se da operação com o conceito de experiência, de E. P. Thompson (1981), das contribuições de Vidal (2010), Schueler (2008) e Munhoz (2012) sobre a docência como um ofício, e levando-se em conta alguns apontamentos dos estudos do campo da cultura material escolar.

¹ O atual estado do Paraná constituía, até meados do século XIX, a 5ª Comarca da Província de São Paulo. A região foi emancipada em 1853, com a cidade de Curitiba como capital.

Entre experiências e materialidades

O conceito de experiência de E. P. Thompson (1981) é mobilizado com o objetivo de nos voltarmos para os sujeitos e suas experiências no interior da cultura. Considerar as dimensões individuais e coletivas, sobretudo no que concerne às relações estabelecidas entre o magistério e outros domínios da cultura (neste caso, a família), constitui um ponto de junção importante para a compreensão do modo pelo qual as relações de gênero, trabalho, a oralidade, a cultura escrita e a cultura religiosa penetraram a escola, ou seja, o modo pelo qual estas outras culturas foram sendo apropriadas pela escola, constituindo culturas escolares variadas e, intrinsecamente, constituindo a docência como um saber-fazer específico.

Um indivíduo, na trama das suas relações, permite problematizar questões que transbordam a sua individualidade e que dizem respeito ao coletivo, neste caso, aos professores de primeiras letras. Alessandra Schueler (2008), ao “analisar as experiências profissionais, coletivas e individuais de professores do ensino público primário na Corte Imperial”² (Schueler, 2007), recorre ao conceito de experiência, destacando que:

Para o autor britânico, o conceito de experiência é muito útil na medida em que permite estabelecer um ponto de junção e de flexão com a noção de cultura, ambos tão rejeitados pelos estruturalistas. A experiência não é expressa apenas em termos da posição de um indivíduo em relação ao modo de produção, sendo também revelada nos sentimentos e na cultura, nas normas sociais, nas obrigações familiares, nas reciprocidades e nos valores morais (Schueler, 2007:7-8).

Acompanhar trajetórias de professores na primeira metade do século XIX possibilita a análise de elementos particulares, tecer interpretações verossímeis sobre a experiência docente no período, suas relações com as normas, as reciprocidades e os valores daqueles indivíduos e, simultaneamente, as condicionantes sociais e históricas que constituíam a docência (Munhoz, 2012).

As famílias estudadas permitem acompanhar algumas dimensões que compõem o diversificado cenário de inserção dos sujeitos na docência e a percepção de que o magistério, no início do Oitocentos, tem, no espaço familiar, uma ambiência favorável e, mais do que isso, autorizada e legítima de reprodução, reverberando na legislação educacional do período. Propomos a noção de *lares docentes* para a interpretação das experiências de professores com relações parentais, exercidas em espaços domésticos, que se abriam ao espaço público para a realização das aulas. Trata-se de práticas, de segredos compartilhados entre os atores em seus fazeres cotidianos e de relações de proteção, cooperação e reciprocidade.

² A Corte Imperial era a Cidade do Rio de Janeiro.

O recurso metodológico majoritariamente utilizado para a compreensão das trajetórias dos indivíduos na interface com seus pertencimentos familiares foi a investigação nominativa. A mirada para estas experiências foi tecida por meio de procedimentos metodológicos afinados com a micro-história. O “fio do nome” (Ginzburg, 1991) foi o desencadeador inicial de interpretações, nas quais os sujeitos estão no foco e as narrativas construídas trazem, à cena historiográfica, questões menos visíveis ou ausentes em estudos extensivos. Dados os limites do método para o estudo dos lares docentes no Brasil Oitocentista, somou-se, à investigação nominativa, a análise de escritas de professores, enfocadas na sua materialidade –ou seja, um olhar a partir dos alertas do campo da cultura material escolar–.

Família como categoria histórica

A interpretação acerca da intersecção entre ofício e família na constituição de experiências docentes nas décadas iniciais do Brasil Oitocentista tem, no conceito de “herança imaterial”, uma chave interpretativa instigante. O conceito nos vem de Giovani Levi (2000). Ao investigar a trajetória de um padre italiano no Setecentos, o autor percebeu, na família, o meio de “sobrevivência biológica do grupo, conservação do status social de uma geração para outra (e, se possível, seu fortalecimento), um melhor controle do meio natural e social”. Ele buscou combater o que considera uma simplificação:

Na verdade, tudo gira em torno de uma simplificação: uma definição de família como unidade de residência ou como um agrupamento ao redor do fogo para cozinhar. Evidentemente, trata-se de uma definição forte já que as determinações fiscais e os estados das almas a usaram em seus levantamentos. [...] Escapam à nossa apreensão as redes mais complexas de sustentação material e psicológica, afetiva e política que, frequentemente, vão além do restrito núcleo co-residente (Levi, 2000: 98).

Ou seja, as famílias constituem-se enquanto núcleos ampliados e se valem de cooperações, solidariedades, troca de favores, reciprocidades e proteções com outros grupos, que contribuem diretamente com a sua sobrevivência e fortalecimento. Antes de tratarmos dos lares docentes localizados na 5ª Comarca da Província de São Paulo e explorarmos alguns indícios que nos apresentam os mapas de frequência, acreditamos ser necessário problematizar a categoria família, considerando seu contorno histórico. Não apenas pretendemos discorrer acerca dos distintos grupamentos que constituíam os vínculos familiares e de parentesco na primeira metade do Oitocentos, mas perscrutar os modos vários como esses vínculos eram evidenciados socialmente, o que nos remete aos problemas de método enfrentados na investigação.

A literatura sobre a família Oitocentista paulista,³ especialmente quando se debruça sobre as décadas iniciais do século XIX, realça que o matrimônio era a opção apenas para uma parcela reduzida da sociedade, que convivia de forma intensiva com o celibato e o concubinato. Destaca, ainda, a existência de um importante contingente constituído de filhos ilegítimos, nascidos no interior de casamentos ou fruto de uniões não legalizadas.

De acordo com Eni de Mesquita Samara (1988: 93),

Os matrimônios se realizavam em um círculo limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente, em função da origem e da posição socioeconômica ocupada, fato que não eliminou a fusão dos grupos sociais e raciais que ocorreu paralelamente, através de uniões esporádicas e da concubinação que dinamizavam as relações entre os sexos.

Em geral, os arranjos matrimoniais eram efetuados entre primos ou entre tios e sobrinhas. Por um lado, testemunhavam a pequena diversidade social das áreas urbanas e rurais paulistas, por outro, representavam maneiras de evitar a dispersão do patrimônio e sustentar relações de poder político e econômico. A mesma autora, analisando o maço populacional de 1836, destacou que a conformação dos bairros na cidade de São Paulo revelava a concentração de indivíduos em função do parentesco e do grupo socioeconômico e, mesmo, a predominância de um certo tipo de atividade econômica, facilitando a união entre casais e consolidando uma sociedade de parentes, responsável pela coesão do tecido social, a despeito das mudanças operadas nas estruturas das famílias nas décadas posteriores. Assim, ainda que se observasse o amor como emulador de núpcias, os contratos matrimoniais respondiam, em grande medida, a necessidades do grupamento social.

Para Kuznesof (1989: 45), “o costume português e os códigos legais que designavam o marido e pai como chefe de família, encarregado da administração, controle, disciplina e proteção de todos aqueles que habitavam seu domicílio, incluindo esposa, filhos, empregados, agregados ou escravos”, favoreciam os casamentos endogâmicos entre primos e de filhas com sócios comerciais ou subordinados do pai, ampliando o poder territorial, político e econômico do clã.

Os expedientes do dote para as moças e os altos custos das despesas matrimoniais constituíam-se em entraves à oficialização da união conjugal por parte do contingente mais pobre da população. Samara (1988: 198) afiança que, para essas camadas, “os padrões de moralidade eram mais flexíveis e havia pouco a se dividir e a oferecer em uma vida simples”. Portanto, enquanto houvesse estímulo à vida em comum, os cônjuges permaneciam unidos e, no plano social, a separação ou um novo concubinato não tinha graves repercussões.

³ O termo “paulista” se refere à Província de São Paulo.

De acordo com Vainfas (1992: 85-86),

Amancebavam-se por falta de opção, por viverem, em sua grande maioria, num mundo instável e precário, onde o estar concubinado era contingência da desclassificação, resultado de não ter bens ou ofício, da fome e da falta de recursos, não para pagar a cerimônia de casamento, mas para almejar uma vida conjugal minimamente alicerçada segundo os costumes sociais da ética oficial.

“De qualquer modo, ao lado da família legítima, outras famílias eram a fonte de uma legião de bastardos. Estes contribuíram fortemente para o povoamento de São Paulo, como de todo o resto do Brasil”, como destaca Maria Luiza Marcílio (1974: 32), analisando dados demográficos das listas nominativas da capital paulista, em particular, referente aos anos 1776, 1798 e 1836. Marcílio não apenas identificou um grande número de fogos chefiados por mulheres; como uma quantidade expressiva de filhos ilegítimos, grupos familiares pequenos e sem escravos.

Com um recorte restrito aos testamentos dos moradores das Freguesias da Sé e Santa Efigênia, da cidade de São Paulo, entre 1800 a 1850, transcritos nos inventários *post-mortem* do 1º Ofício da Família, Maria Lucília Viveiros Araújo (2006: 9) reiterou o diagnóstico, na medida em que percebeu que:

Muitos testadores no leito de morte confessaram suas fraquezas e incluíram os filhos ilegítimos na partilha dos bens. Vinte e seis deles utilizaram os testamentos com esse propósito, além desses havia ainda uma dezena de pais com filhos naturais. Vários inventariados já haviam regularizado esses filhos nos cartórios, alguns preferiram deixar legados para os “afilhados”, e outros não tiveram tempo de testar.

Por certo, não nos cabe, aqui, retrazar um debate historiográfico bastante extenso na atualidade, mas destacar as singularidades das relações parentais na primeira metade do Oitocentos em São Paulo. O expediente visa enunciar questões de método que foram enfrentadas pela investigação: se o parentesco entre professores de primeiras letras no século XIX é mencionado em estudos da historiografia da educação que se dedicaram à temática em diferentes províncias brasileiras (Hilsdorf, 1997; Schueler, 2002; Nascimento, 2011), identificar estas relações convoca superar obstáculos metodológicos, especialmente no que se refere às décadas iniciais do Oitocentos, quando a formação pela prática e o expediente de associar filhos como auxiliares ao exercício docente nas escolas não era normatizado por lei, como aconteceu para o período entre 1854 e 1879 em algumas províncias brasileiras.⁴

⁴ Em algumas províncias brasileiras, foi implementado, na segunda metade do século XIX, um modelo de formação de professores pela prática, ou seja, dentro das próprias aulas elementares e sem escola normal. A Província do

Questões de método

Dada a diversidade das tramas sociais e a anomia na regulação nominativa, seguir o fio do nome, como sugere Ginzburg (1991), nem sempre se mostrou um caminho seguro. Os exemplos iluminados neste texto, colhidos no início da investigação, levaram-nos a considerar os limites do método. Afinal, somente em 1890, a legislação brasileira normatizou o casamento civil, incluindo o dispositivo de conferir, à mulher, o direito de usar o nome de família do marido⁵. Até então, as Ordenações do Reino de Portugal (Filipinas) permitiam que também o marido tomasse o sobrenome da mulher, e, na prática, havia uma grande liberdade para que as pessoas assumissem o apelido que mais lhes agradasse, possibilitando, por exemplo, que dois irmãos, filhos do mesmo pai e mãe, tivessem sobrenomes distintos (Borges, 2014: 166).

Ao se referir a usos populares da nomeação, Monteiro assinala que (2008: 54)

O sobrenome podia ser tomado de uma alcunha (em gerações ulteriores transformado em apelido), ter uma origem toponímica (o que parece ser frequente até muito tarde), ser constituído por um segundo nome próprio, ter uma base patronímica ou, por fim, retomar apelidos, tomados dos progenitores, dos padrinhos ou até (no caso de criados ou de escravos) do senhor.

Nesse sentido, identificar vínculos familiares entre professores supôs valer-se de um conjunto variado de fontes, que abarcaram certidões de casamento e batismo, mas a elas não se pode resumir, porque nem sempre as uniões eram oficializadas, ou a paternidade dos filhos reconhecida. Jornais e Memórias trouxeram-nos pistas dessas relações parentais. No entanto, retrair a ocupação populacional dos bairros pode, também, evidenciar tramas de compadrio e parentalidade, conforme realçou Samara (1988). Como alerta Henrique Espada Lima (2006: 110) para o caso italiano, em análise que pode ser transladada ao Brasil Oitocentista, as famílias não se reduzem ao núcleo biológico, mas constituem “núcleo de um sistema de relações”. Essa análise caminha na mesma direção das considerações propostas por Giovanni Levi (2000):

Paraná e a Corte Imperial (Cidade do Rio de Janeiro) estavam entre as regiões que experimentaram oficialmente a formação pelo “Sistema de adjuntos”. Na Província do Paraná, o “Regulamento de Ordem Geral para as escolas da instrução primária, preparação, organização do professorado, condições e normas para o ensino particular, primário e secundário”, de 1857, regulamentou um tipo de formação pela prática. Neste sistema, alunos considerados aptos eram nomeados monitores pelos professores e faziam as repetições nas classes anteriores. Os alunos monitores (aprovados nos exames de habilitação) que tivessem interesse poderiam passar à condição de aluno mestre (por um ano). Os alunos mestres tornavam-se professores adjuntos após um ano de prática e realização de um exame de habilitação junto ao inspetor geral. Os professores adjuntos, ao fim de dois anos de aprendizagem e obtendo aprovação em exames de habilitação, terminavam a formação e eram nomeados professores públicos. Aqueles que não fossem aprovados perdiam a cadeira.

⁵ Decreto 181, de 24 de janeiro de 1890, art. 56 parag. 4º, in *Marcato*, 1984.

O universo das relações, não mais somente horizontais entre parentes, mas também verticais na rede das clientelas, das proteções e das fidelidades, aprofundou a história da família em um contexto essencial para explicar comportamentos e estratégias que faziam com que cada núcleo não agisse isoladamente, mas fosse chamado a fazer as suas escolhas ao longo de um sinuoso percurso de uma pequena rede social, essencial a sua sobrevivência. (Levi, 2000: 114).

Capturar estas teias tramadas pelos indivíduos e pelos núcleos familiares, interna e externamente, vão além do fio do nome. No Brasil, o uso de abreviaturas na grafia e a não observância do registro completo do nome nos vários documentos nem sempre recomendam o entrelaçamento de informações, colhidas nas diferentes fontes. Na superação desses impasses, um outro artifício, mobilizado na análise, tem sido a comparação dos registros materiais deixados pelos sujeitos, no nosso caso, professoras e professores. As escritas docentes, encontradas nos mapas de frequência, instigam a interrogação sobre as práticas sociais e escriturísticas e sugerem sendas de interpretação, como veremos a seguir, que podem ser estendidas para outros casos no estudo de lares docentes.

Nosso propósito é instigar a indagação acerca da parentalidade como um modo de controle do ingresso e permanência na docência e de estabilidade e reprodução de práticas docentes. Ao mesmo tempo, estimular a discussão sobre a pertinência de considerar o magistério como um ofício, regido por regras que se aproximavam das práticas das corporações artesanais de ofícios e exercido especialmente em ambientes urbanos por trabalhadores livres, os professores de primeiras letras.

Debruçando-se sobre um período um pouco posterior ao de nosso interesse, Alessandra Schueler (2002) analisou a “formação pela prática” na Corte Imperial (Cidade do Rio de Janeiro), normatizada pelo Regulamento de 1854, e considerou que este modo de aprendizado do ofício era:

[...] prática corrente na transmissão de variados ofícios urbanos, inclusive o de mestre-escola (Cambi, 1999) [e] conservou por muitos séculos esta dupla feição que era, simultaneamente, artística e técnica e que lhe imprimia características artesanais e corporativas, tal qual ocorria com outras atividades, propriamente manuais. Uma percepção que o inscreve para além dos grupos de letrados – formados por uma minoria de homens livres, leigos ou religiosos, dos burgos medievais e das cidades renascentistas europeias (Rugiu, 1998). Porque, em primeiro lugar, os mestres de primeiras letras se confundiam com os próprios mestres e artesãos das corporações de atividades especializadas, como carpinteiros, ferreiros, alfaiates, entre outros (Schueler, 2002:182).

A autora pondera, ainda, que os professores

[...] detinham o monopólio de transmissão das *artes de ensinar*, através da *aprendizagem pela prática*, que, neste caso, garantiria a própria manutenção do ofício pela sua capacidade de iniciar aprendizes nos conhecimentos e técnicas necessárias à formação e à atuação docente, mas também pela sua função eficaz de socialização, qualificação e inserção profissional de novatos, futuros agentes responsáveis pelas suas próprias escolas e, por sua vez, encarregados da transmissão de certos “segredos” àqueles que seriam potenciais aprendizes do ofício (Schueler, 2002: 183).

Considerando os professores como um grupo letrado com características que os aproximavam dos grupos técnicos e corporativos, pretendemos atentar para a porosidade dessas duas instâncias de agregação (família e corporações) na elaboração da experiência docente ao voltarmos nosso olhar para as décadas iniciais do Oitocentos.

Nesse sentido, partilhamos das preocupações de Cecília Nascimento (2011). Ao estudar “Trajetórias de mulheres professoras em Sabará (MG) (1830 e 1904)”, a autora operou com o conceito de herança imaterial e de família, de Giovani Levi (2000), ressaltando a família como uma ambiência favorável à reprodução do magistério e ao fortalecimento dos sujeitos. Destacou a não coincidência destes grupos com unidades residenciais, valendo-se de uma “noção alargada de família [...] em que o que importa são as alianças e as solidariedades” (Nascimento, 2011:116).

Na identificação de lares docentes e com o objetivo de problematizar a experiência docente na primeira metade do século XIX, fizemos uso, assim, de dois procedimentos metodológicos. À coincidência dos apelidos, associamos o estudo de um tipo documental específico, os Mapas de frequência. Estes registros, produzidos pelos professores desde os tempos da Colônia, visavam prestar contas à administração da instrução pública acerca do funcionamento das aulas e do número de alunos frequentes, para a verificação do trabalho docente e recebimento de ordenados (Veiga, 2005; Vidal, 2008). Para acompanhar este movimento efetuado pela pesquisa de campo, no próximo item nos deteremos no caso da Família Neves. E, a seguir, no item 5, na apresentação e exploração dos Mapas de frequência.

Famílias na educação em localidades da 5ª Comarca da Província de São Paulo

Na Vila de Morretes, o sobrenome “Neves” de dois mestres de primeiras letras, que atuaram entre meados das décadas de 1830 e 1850, foi o indício inicial para a hipótese de parentesco entre os docentes. Francisco da Silva Neves ingressou em 1837 e permaneceu no magistério

público até 1857. Remetia periodicamente seus mapas de frequência à Câmara local, que os encaminhava ao governo da Província de São Paulo⁶. Atuando no mesmo período na vila, encontrava-se a professora particular de meninas, Dona Senhorinha Francisca das Neves. Até 1844, a Vila não contava com uma cadeira pública de primeiras letras feminina. A demanda pela criação de tal cadeira foi representada, repetidas vezes, pela Câmara da localidade. O primeiro pedido localizado data do ano de 1842, quando a professora Senhorinha Francisca das Neves já atuava particularmente e remetia seus mapas ao governo provincial, conforme transcrição⁷ de ata da Câmara de 1842:

"Ilmo e Exmo S^or – A Câmara Municipal da Villa dos "Morretes respeitozamente vem representar a V. Exca a **urgente necessidade de crearse na mesma Villa, hua Aula de primeiras letras directa para meninas**, visto que, o termo já muito populôzo, e **seus habitantes já tem feito varias supplicas**, mostrando os ardentes **dezejos de que suas filhas sejam instruídas nos primeiros elementos científicos que se recebem nos ensinns das Escollas primarias**, na conformidade do Artigo 12 da Carta de **Lei de 15 de Outubro de 1827**, e suposto que, nesta Villa **já tem Escolla Particular dirigida pela Mestra Dona Senhorinha Francisca das Neves**, pessoa de reconhecida **honestidade, religião e bons costumes**, **aonde ao prezente contem o numero de 25 discipulas**, como consta do **Mapa incluzo**, mas He porque, recebe de seus Paes certos pagamentos mensais sendo portanto só freqüentada pelas famílias das pessoas **mais abastadas, ficando privadas as mais que poderião chegar a grande numero por falta de meios de seus Paes, e assim inteiramente privadas de receberem o salutar beneficio da Lei**; e ao mesmo tempo de adquirirem a necessária educação, motivo porque esta Câmara se vê no rigoroso dever, na conformidade do **artigo 70 da Carta de Lei do 1^o de 8bro** de rogar a V. exa a graça, que leva expedida de mandar criar nesta Villa huma Aula para meninas **paga pelo Cofre nacional**, por cuja graça será eterno o nosso agradecimento. Deos guarde a V. Exca por muitos annos. Paço da Câmara Municipal da Villa de Morretes 22 de Dezembro de 1842 – Assignados. – Ilmo. E Exmo. Snr. Presidente da Provincia de Sm Paulo. (Grifos nossos).

A mobilização dos membros da Câmara em torno da reivindicação de uma cadeira feminina pode ser lida como indício das redes clientelistas locais, negociando e acionando os meios possíveis para a criação de tal cadeira na localidade. Os argumentos são fundamentados em três direções. A primeira, com referências à legislação: a lei de 15 de outubro de 1827, que

⁶ Até 1853, ano da emancipação da Província do Paraná.

⁷ O trecho está na obra "Memoria Historica Chronológica Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto de Cima [...] por Antonio Viera dos Santos (1951), Cidadão Brasileiro e por ele oferecida a Ilustre Câmara Municipal", pp. 387-388. Trata-se de um escrito memorialista escrito em, escrito a partir da transcrição de documentos da Câmara local, das irmandades e associações existentes na localidade. Não tivemos acesso às atas para confrontar.

previa a criação de uma cadeira feminina para as vilas mais populosas e a lei de 1º de outubro de 1828, que definia as atribuições das Câmaras Municipais, entre as quais, a de auxiliar o aumento dos estabelecimentos de educação; o segundo argumento se vale da menção de várias súplicas dos habitantes e do destaque à importância da garantia da educação para as meninas pobres; por fim, os membros da Câmara informam sobre a existência de uma boa professora particular de primeiras letras na localidade, que atendia a 25 alunas mediante o pagamento de seus pais, sendo, assim, frequentada apenas pelas famílias “mais abastadas”, e realçam a “honestidade, religião e bons costumes” da professora.

Embora não seja explícita a sugestão de que a professora particular assumisse a cadeira pública que se lograva criar, a insistência nas suas qualidades dá pistas de algum prestígio da mestra junto à Câmara. Entre 1842 e 1844, houve outras ocasiões⁸ nas quais representações com teor parecido foram remetidas ao Governo Provincial com menção ao nome da professora particular, que já atuava e tinha sua aula “bem frequentada”. Se por um lado, a criação da cadeira representaria, para parte da população, a transferência do ônus financeiro com a educação de suas filhas para o “cofre nacional”, incluindo, talvez, os próprios membros da Câmara; para a professora, representava a possibilidade de um emprego público, um dos poucos empregos acessíveis e socialmente aceito para a população feminina, a única ocupação com atribuições intelectuais, uma possibilidade provavelmente almejada por algumas mulheres. Membros da Câmara e professores possivelmente acionaram suas redes de relações, amizades, cooperações e fidelidades em virtude de interesses individuais que estavam em jogo (Levi, 2000).

A lei de criação da cadeira feminina de Morretes finalmente ocorreu em 22 de fevereiro de 1844, mas contrariando as expectativas de que o cargo fosse ocupado pela professora que detinha a preferência manifesta da Câmara, em outubro do mesmo ano, outra professora ocupou a cadeira pública. Tratava-se de Geraldina Amelia de Souza, esposa de Manoel da Cunha Vianna. Ou seja, a despeito da recorrente queixa presente em documentos da Instrução Pública Oitocentista sobre a falta de candidatos para ocupar as cadeiras vagas, nessa localidade, observa-se a demanda pela criação da cadeira feminina, a indicação do nome de uma professora particular atuante na localidade e, quando da criação da cadeira, a concorrência pela vaga por outrem, que, ao fim e ao cabo, foi quem se tornou professora, inicialmente interina, e em janeiro de 1845, passou por concurso, com exame realizado pelo

⁸ Foram localizadas quatro representações, três delas nas “Memórias de Vieira dos Santos” (1951a) e outra num ofício da Câmara da localidade, que acompanhava o Mapa do professor Francisco das Neves de 13 de outubro de 1843, que se encontra no Arquivo Público do Estado de São Paulo (CO 4915).

professor público Francisco da Silva Neves, efetivando-se e exercendo o magistério como professora pública da vila até o seu falecimento⁹.

Apenas como argumento em favor do alargamento dos procedimentos metodológicos sobre relações familiares nas décadas iniciais do Brasil Oitocentista, avançando no proposto por Ginzburg (1991), parece-nos importante destacar que, Geraldina Amelia de Souza, apesar de esposa de Manoel da Cunha Vianna, não partilhava do mesmo sobrenome. O conhecimento da união matrimonial nos veio das Memórias, escritas por Vieira dos Santos (1951a).

A morte da professora concursada, apenas dois anos após o seu provimento, em 1847, representou novamente a possibilidade de Dona Senhorinha Francisca ocupar a vaga. É justamente na ocasião da nota sobre o falecimento da primeira mestra pública da localidade que o cronista Antonio Vieira dos Santos (1951a) nos informa que o professor público Francisco da Silva Neves e a professora particular eram *irmãos*.

Em 29 de Maio faleceo Dona Giralдина Amelia de Souza, Professora da Cadeira de primeiras letras de meninas desta Villa ficando a mesma Cadeira vaga, e foi substituída em 7 de junho do mesmo anno, por nomeação da Câmara Municipal, **Dona Senhorinha Francisca das Neves, irmã do Professor de 1^{as} letras do Sexo Masculino** desta mesma Villa.¹⁰ (Grifos nossos).

O vínculo de parentesco entre os professores permite interpretarmos o relativo prestígio da professora particular junto à Câmara local, neste cenário, como uma mestra que já tinha experiência na localidade, era reconhecida e pertencia a uma família que tinha o magistério como ofício. Prestígio relativo, já que ela foi preterida quando a cadeira foi criada, vindo a tomá-la apenas um tempo depois. A professora ocupou a cadeira pública e exerceu o magistério particular concomitantemente.

As trajetórias docentes destes irmãos permitem observar que, desde pelo menos 1842, esforços para a criação de uma cadeira feminina de primeiras letras são empreendidos por sujeitos envolvidos com a instrução pública da Vila de Morretes. O investimento dos irmãos no ingresso no magistério público vale-se da rede de relações que eles possuíam, é uma forma de “manter e aumentar um prestígio que não era totalmente reconhecido pelas leis e pelos usos” (Levi, 2000: 195). A professora particular, que tinha sua aula bem frequentada pelas filhas das elites da vila, buscou ascender à posição de professora pública, um emprego que era novidade para as mulheres de então. Há um esforço em “transmitir para as gerações

⁹ “Memoria Historica Chronológica Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real Vulgarmente Porto de Cima em que se descrevem os Factos e successo maiores [...] por Antonio Vieira dos Santos (1951a), Cidadão Brasileiro e por ele oferecida a Ilustre Câmara Municipal”, p. 410.

¹⁰ Idem, p. 445.

sucessivas [neste caso, contemporânea] um patrimônio fluido, feito de relações e de posições instáveis, uma herança feita de reservas concretas mas imateriais” (Levi, 2000: 195).

A professora foi provida oficialmente em junho de 1850, mas continuou atuando particularmente. O exercício concomitante do magistério público e particular aumenta a segurança e previsibilidade em relação ao futuro. Ao manter-se como professora particular e pública, adotando uma “forma relativamente elástica de se adaptar às situações” (Levi, 2000: 104), a professora conservava sua renda, proveniente dos pagamentos dos pais das alunas –sujeita a crises econômicas locais que poderiam comprometer a sua reprodução material– e, ao mesmo tempo, ela investia numa outra direção, buscando efetivar-se enquanto professora pública, categoria profissional incipiente, mas que acenava com a possibilidade da aposentadoria. Ou seja, há investimentos no aprimoramento da segurança financeira e de *status*.

Após 1851, não foram localizados mais ofícios e mapas da professora no cargo. Em março de 1854, uma nova professora, D. Rita Clara das Neves, solicitou que o exame fosse realizado em Morretes devido ao fato de não terem aparecido outras opositoras.¹¹ O exame aconteceu em 27 de maio de 1854, com a presença de Francisco da Silva Neves entre os examinadores,¹² e Rita foi nomeada em 10 de junho de 1854.¹³ O magistério continuou sendo exercido em Morretes por alguém com o sobrenome “Neves”, ou seja, a docência foi uma herança imaterial nesta família.

Para além do fio do nome, enveredamos pela análise de vestígios escolares/docentes destes sujeitos, tomando alguns mapas de frequência (listas de alunos) como fonte central. Buscamos analisar os mapas em sua materialidade, como indício de fazeres compartilhados entre professores. A exigência do envio dos mapas ao governo provincial alçava o conhecimento (saber-fazer) de confeccioná-los a um lugar de importância entre aqueles que almejavam exercer o magistério.

Quando confrontamos a materialidade dos mapas de frequência dos irmãos Francisco e Dona Senhorinha Francisca, é possível identificar uma série de semelhanças nestas escritas, que permitem alargar a interpretação acerca das experiências docentes nas décadas iniciais Oitocentistas. De modo a dar visibilidade à materialidade e avançarmos na análise, reproduzimos, a seguir, duas páginas dos mapas, uma de cada professor.

¹¹ Arquivo Público do Paraná. Pedido da professora de março de 1854. AP009 – p.98 a 100 ou IIP676.

¹² *Jornal Dezenove* de Dezembro de 27 de maio de 1854, p.03. Actos da Presidencia da Província do Paraná.

¹³ *Jornal Dezenove* de Dezembro de 10 de junho 1854, p.03. Actos da Presidencia da Província do Paraná

Delineando a noção de “lares docentes” a partir da materialidade das experiências docentes na primeira metade do século XIX

As escritas docentes dos professores e irmãos da Vila de Morretes, Francisco da Silva Neves e Dona Senhorinha Francisca das Neves, suscitam interpretações relevantes acerca de experiências docentes nas décadas iniciais do Oitocentos. Os irmãos e a similitude entre os seus mapas ensejou a reflexão sobre a parentalidade na transmissão do magistério e os saberes compartilhados no exercício docente (ver figuras I y II). Estes mapas de frequência de alunos foram remetidos em conjunto pelos irmãos “Neves” e os dois apresentam datas muito próximas, 07 e 09 de dezembro de 1850. Observa-se semelhança da materialidade na caligrafia e na estrutura da lista. O “conteúdo da forma” (Escolano, 2010: 19) dá outras pistas de convergência. O tipo e tamanho do papel dos dois documentos são os mesmos. Também coincide a organização das informações no espaço com a construção de uma tabela delimitada por traços impecavelmente retos, divididos equitativamente por aluno e subdivididos racionalmente no mesmo número de categorias, visando a organização (Magalhães, 2001: 101) – caso da categoria matrícula, que era subdividida em dia, mês e ano. A semelhança transborda a forma dos mapas para os seus conteúdos, conforme quadro abaixo:

Quadro 1

Mapas de frequência dos professores Francisco da Silva Neves e Dona Senhorinha Francisca das Neves, em 07 e 09 de dezembro de 1850, respectivamente. Arquivo Público do Estado de São Paulo (CO 5017)

<i>Professores</i>	<i>colunas</i>	<i>Categorias</i>	<i>Expressões para descrição dos alunos</i>
Prof. Francisco da Silva Neves	11	Matricula (ano, mês, dia), Números, Nomes, Idades, Filiações, Naturalidades, faltas, Estado em q entrarão, Aproveitamento e conducta	<i>“Sabe ler, escrever e as 4 operaçoens arithméticas e prática das mesmas. He bem morigerado e tem boa conducta.” / “Le carta de nomes. He bastante rude. Bem morigerado.”</i>
Prof. Senhorinha Francisca da Silva Neves	11	Matricula (Ano, Mez, Dia), Números, Nomes, Idades, Filiações, Naturalidades, faltas, Estado em q entrarão, Observações.	<i>“Sabe ler, escreve sofrivelmente, e continua na conta de somar e costura. Bem morigerada.” / “Em carta de nomes. He um tanto rude”.</i>

Relatório das Matrículas que se acham matriculadas nos Anos Iniciais de 1º Letra do Villa das Neves, Estado de São Paulo, de 1850.

N.º	Nome	Idade	Alfabeto	Letras	Letras	Letras	Letras
101	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
102	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
103	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
104	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
105	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
106	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
107	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
108	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
109	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
110	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
111	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
112	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
113	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
114	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
115	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
116	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
117	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
118	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
119	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10
120	João Baptista de Sá	10	10	10	10	10	10

690

Figura 1: Primeira página do mapa de frequência do professor da Vila de Morretes, Francisco da Silva Neves, de 07 de dezembro de 1850. Arquivo Público do Estado de São Paulo (CO 5017).

Relatório das Alunas que se acham matriculadas nos Anos de 1850 para a Escola de Moças da Vila de Morretes, Senhorinha Francisca das Neves, de 09 de dez de 1850. Vila de Morretes, 09 de dez de 1850.

Matrícula	Nome	Idade	Profissão	Letras	Letras	Letras	Letras	Letras	Letras	Letras
1	Anna Augusta de Souza	9	Alfabetizada	Letras	Letras	Letras	Letras	Letras	Letras	Letras
2	Anna Augusta de Souza	9	Letras de Souza, R. L. de Souza
3	Conceição de Souza	8
4	Martha de Souza	8	Alfabetizada
5	Anna de Souza	8
6	Anna de Souza	8
7	Anna de Souza	8	Alfabetizada
8	Anna de Souza	8	Alfabetizada
9	Anna de Souza	8	Alfabetizada
10	Anna de Souza	8	Alfabetizada
11	Anna de Souza	8	Alfabetizada
12	Anna de Souza	8	Alfabetizada
13	Anna de Souza	8	Alfabetizada
14	Anna de Souza	8	Alfabetizada
15	Anna de Souza	8	Alfabetizada
16	Anna de Souza	8	Alfabetizada
17	Anna de Souza	8	Alfabetizada
18	Anna de Souza	8	Alfabetizada
19	Anna de Souza	8	Alfabetizada
20	Anna de Souza	8	Alfabetizada

695

Figura II: Primeira página do mapa de frequência de alunas da professora da Vila de Morretes, Senhorinha Francisca das Neves, de 09 de dez de 1850. Arquivo Público do Estado de São Paulo (CO 5017).

As categorias são quase idênticas, diferindo apenas na última, em que o professor utiliza "Aproveitamento e Conducta" e a professora "Observações". As expressões para descrever alunos e alunas são parecidas, tanto sobre as condutas ("morigerados, rudes") quanto sobre os conhecimentos (saber ler e escrever, "carta de nomes"), com pequenas diferenças entre o que era ensinado aos meninos e às meninas – mais aritmética para os meninos e costura para as meninas.

Enfocando a materialidade, buscamos desconstruir a "gramática visível e não visível" (Escolano, 2010: 19) dos mapas de frequência e interpretar possíveis sentidos e relações intersubjetivas e "apreender a dimensão material da vida social" (Vidal & Gaspar, 2010: 29). Assim, as semelhanças entre os mapas suscitam algumas questões ao historiador. Haveria uma divisão social do trabalho docente na qual apenas um dos irmãos ficava responsável pela feitura dos mapas? Em caso de resposta afirmativa, quem seria o responsável por esta escrita? A diferença e proximidade de datas estariam relacionadas com a elaboração consecutiva pela mesma pessoa? Ou seja, é possível indagar sobre as formas de produção dos mapas, os arranjos e as relações entre os atores que colocaram em ação suas práticas na elaboração dos mesmos nos espaços dos lares docentes nas décadas iniciais do Oitocentos, assim como questionar sobre as técnicas e o modo de produção (Escolano, 2010: 17). O papel era artigo raro e a produção manuscrita de um quadro em grandes proporções exigia uma mesa grande como apoio, pena e muita tinta, mãos firmes e cálculos por parte do escriba para apresentar uma forma equilibrada, clara e simétrica.

A exigência de elaboração e envio dos mapas ao governo provincial para confirmação da existência da aula e verificação do trabalho docente coloca os professores sob a necessidade do domínio de um saber bastante diferenciado do tradicional ensinar a ler, escrever e contar, característico das aulas de primeiras letras Oitocentistas. Um saber-fazer técnico que poderíamos denominar como alfabetização numa racionalidade estatística: a arte de elaborar um quadro manuscrito com linhas retas e informações claramente organizadas.

Cabe destacar a dimensão dos mapas de frequência enquanto "dispositivos disciplinares", como o fez Silvina Gvirtz (2008: 40) para os cadernos escolares, operando com conceitos de Michel Foucault (1999). Elaborar um mapa "requer o manejo de certas normas", a compreensão de que as informações de cada aluno estão aglutinadas numa mesma linha e que cada coluna reúne a mesma informação sobre todos os alunos. A forma impõe limites à quantidade de informações, assim como ao tamanho possível da letra. Os conteúdos que preenchem esta forma precisam estar previamente organizados para que a sistematização seja possível. Assim, as subjetividades docentes vão sendo produzidas por este dispositivo à medida que "os professores ensaiavam uma escrita sobre o outro, que constituía na criança o aluno, e sobre sua prática, que a produzia como pedagógica" (Vidal, 2008: 44).

Numa localidade próxima de Morretes, na Cidade de Paranaguá, Francisco Felix da Silva e Caetana Leonizia da Silva atuaram, durante um período prolongado, como professores particulares. Até 1843, o professor Francisco enviava um único mapa, no qual os meninos eram listados primeiro e o "segundo sexo" vinha na sequência (continuando inclusive a sequência numérica) (ver figuras III y IV):

Este "lar docente" parece, à primeira vista, uma escola mista com coeducação dos sexos. Estavam relacionados inicialmente os 36 alunos meninos e após uma subdivisão, intitulada "meninas", continuava a sequência numérica até o número 50, arrolando os nomes de 14 meninas. Se focarmos nosso olhar apenas na materialidade dos mapas, podemos concluir, equivocadamente, que se trata de uma aula promíscua¹⁴, para utilizar a nomenclatura da época. No entanto, de acordo com o cronista Antonio Vieira dos Santos (1951b), o professor Francisco Felix "abriu a sua aula para o sexo masculino e nela admitia meninas debaixo do ensino de uma sua filha" (Santos, 1951b:289). O cruzamento de fontes nos ajuda a compreender o arranjo familiar estabelecido entre pai e filha, uma escola "bidocente" para meninos e meninas, que se torna oficial e materialmente perceptível nos mapas de frequência a partir de dezembro de 1846, quando os mapas passam a ser remetidos separadamente (ver figuras V y VI).

Os mapas têm a mesma quantidade de colunas, distribuídos espacialmente e com caligrafias idênticas. A semelhança é muito significativa, sendo ainda mais acentuada neste caso, reforçando a possibilidade de terem sido produzidos pela mesma pessoa, apesar das assinaturas diferentes no final. Magalhães (2001: 100) debruça-se sobre a "assinatura como informação histórica", atentando para os "usos, práticas e aplicações da escrita" e destaca o "jogo de reciprocidade que envolve a participação e reconhecimento [social]" (Magalhães, 2001: 101). Assim, aventamos a possibilidade de um lar docente com divisão social das tarefas do magistério entre os sujeitos. Um concentrando a tarefa de produzir os mapas, mas com as assinaturas específicas do professor ou professora responsável para garantia do reconhecimento e recebimento de ordenados.

A comparação entre o mapa de alunos de 1843 e os de 1847 avaliza perceber como o dispositivo vai conformando a escrita e produzindo subjetividades docentes. Os formatos mais simplificados, recorrentes entre as décadas de 1820 e 1840, foram ampliados e incorporaram dados que iam além da simples identificação das crianças. Por volta do final da década de 1830, quase todos os professores investigados iniciavam seus mapas com uma coluna denominada "matrícula", subdividida em dia, mês e ano de entrada da criança na escola. Ou seja, passava a ser registrada a data exata em que a criança deixava de ser um mero infante e começava a ser escolarizada. A partir de 1844, a maioria dos mapas contemplava as mesmas

¹⁴"Aula promíscua" é a denominação utilizada nas fontes oitocentistas brasileiras para as escolas que atendiam meninos e meninas conjuntamente num mesmo espaço e tempo. Também é recorrente a expressão "aula para ambos os sexos".

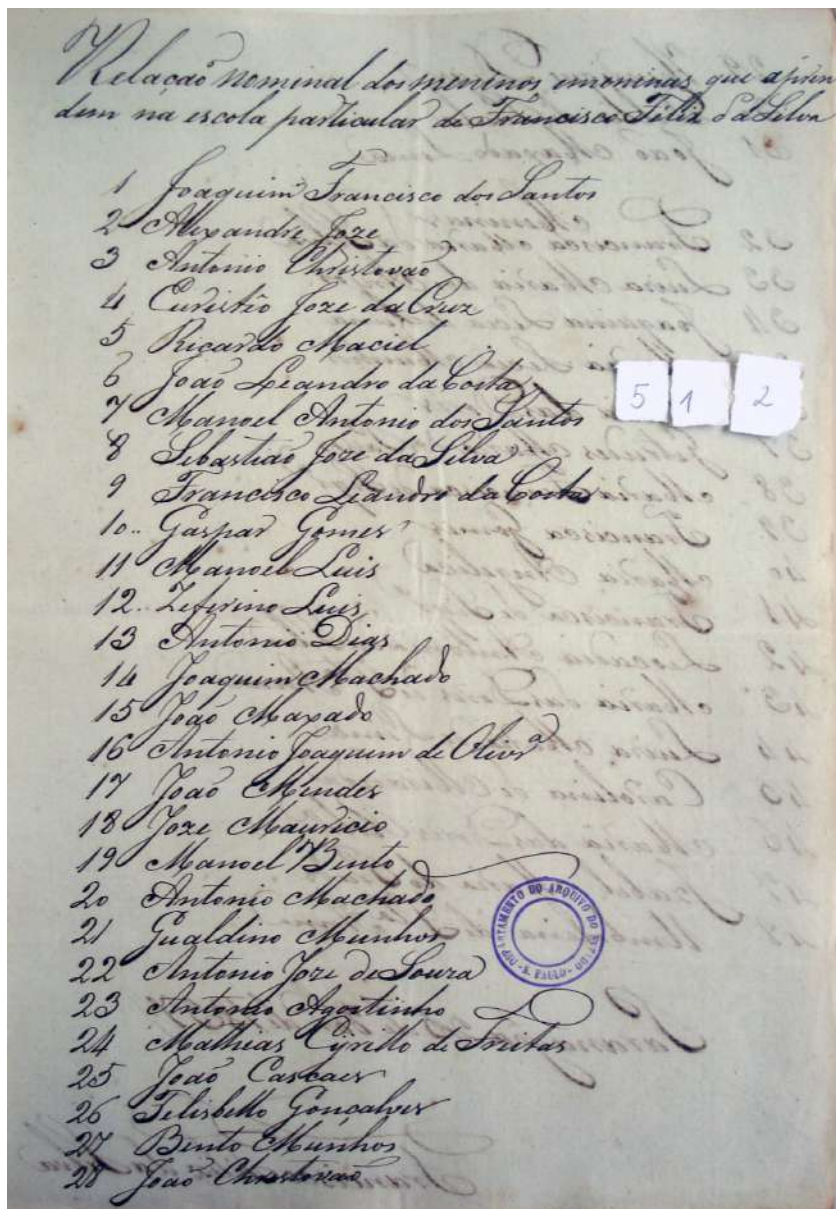


Figura III: Mapa de frequência do professor particular Francisco Felix da Silva, de Paranaguá, de 1º de janeiro de 1837. Arquivo Público do Estado de São Paulo (CO 5017).

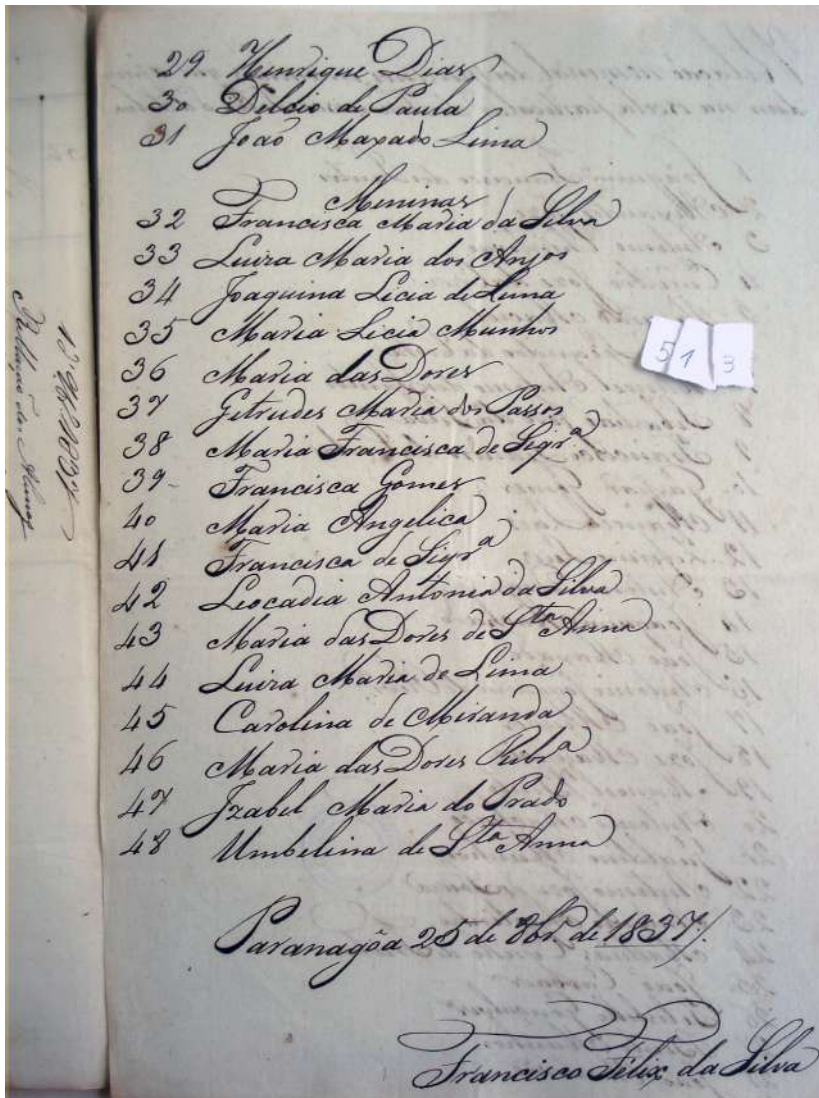


Figura IV: Página 2 do Mapa de frequência do professor particular Francisco Felix da Silva, de Paranáguá, de 1º de janeiro de 1837. Arquivo Público do Estado de São Paulo (CO 5017).

Relação dos Alunos que aprenderam sob a tutela particular de Francisco Felix da Silva

<i>Ano e Mês</i>	<i>N.º</i>	<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Profissão</i>	<i>Estado</i>	<i>Observações</i>
1842	Jan 19	Joaquim Franjeiras	18	Franjeiras Franjeiras	Paraná	Lecciona em esta escola
1842	Jan 19	José Antonio Lima	16	Antonio Lima	"	"
1842	Jan 20	Francisco J. de Souza	12	José Antonio de Souza	"	"
1841	Jan 21	Manuel José Lima	11	Manuel José Lima	"	"
1842	Jan 25	Agostinho Rodrigues	12	Joaquim de Sá	"	"
1842	Jan 16	Joaquim de Sá	11	Joaquim de Sá	"	"
1844	Jan 16	Manuel Collares	11	Manuel Collares	"	"
1844	Jan 14	José Pedro	11	Francisco Felix	Paraná	"
1845	Jan 18	José Antonio	10	Francisco Antonio	"	"
1845	Jan 26	José Antônio de Freitas	10	Manuel Antônio de Freitas	"	"
1845	Jan 17	Joaquim Lima	9	José Antônio Lima	"	"
1845	Jan 13	Agostinho de Souza	13	Manuel de Souza	"	"
1845	Jan 8	José de Brito	11	José de Brito	"	"
1845	Jan 21	Manuel Antonio Lima	13	Manuel Antônio Lima	"	"
1845	Jan 6	Antônio de Souza	12	Antonio de Souza	"	"
1845	Jan 2	Manuel Collares	14	Manuel Antônio Collares	"	"
1845	Jan 10	José Joaquim	11	Joaquim Joaquim	"	"
1845	Jan 26	Joaquim Collares	9	Joaquim Collares	"	"
1846	Jan 25	Manuel Lima	8	Manuel Antônio Lima	"	"
1846	Jan 25	Francisco Lima	7	Manuel Antônio Lima	"	"
1847	Jan 4	Francisco Franjeiras	6	Francisco Franjeiras	"	"
1847	Jan 7	Alexandre Costa	11	Agostinho de Souza	Paraná	"
1847	Jan 7	Manuel de Souza	9	José Lima	"	"
1847	Jan 13	Antônio de Sá	10	Antônio de Sá	"	"
1847	Jan 13	Agostinho de Souza	16	Manuel Antônio de Souza	"	"
1847	Jan 19	Joaquim de Souza	16	Manuel Antônio de Souza	"	"
1847	Jan 7	Agostinho de Souza	12	Agostinho de Souza	"	"
1847	Jan 9	Francisco de Souza	9	José de Souza	"	"
"	"	"	"	"	"	"
"	"	"	"	"	"	"

Paranaguá 30 de Junho de 1847

629

Francisco Felix da Silva

Figura V: Mapa de frequência de alunos do professor particular da Cidade de Paranaguá, Francisco Felix da Silva, em 30 de junho de 1847. Arquivo Público do Estado de São Paulo (CO 5017).

nove categorias: "Número, Data de Matrícula, Nomes, Idades, Filiação, Naturalidade, Faltas, Estado em que entraram, Aproveitamento e Conduta (ou "adiantamento" e "observações)"). As categorias permitiam a ampliação da governamentalidade da aula. Ao saber há quanto tempo uma criança estava matriculada, o que ela sabia ao ingressar e o que sabia no estado "atual", suas idades, quantidade de faltas e terem notícias sobre suas condutas, não apenas o professor enunciava um controle maior da população sob sua responsabilidade, mas, também, o governo provincial ficava munido de um saber ampliado sobre o trabalho docente e, através da lente deste mediador (o professor), acumulava informações sobre a infância escolarizada e suas famílias.

Em outra vila da 5ª Comarca, a Vila de Castro, também ocorreram semelhanças entre mapas dos professores de primeiras letras da cadeira masculina e feminina (ver figuras VII y VIII):

Os professores Ignacio e Maria Ignacia apresentam o sobrenome Moreira em comum (mas não temos, até o momento, outros indícios de parentesco). Seus mapas são parecidos entre si, mas têm um padrão diferente em relação aos já apresentados. Eles não delimitavam as linhas e colunas com traços e se valiam repetidamente de aspas quando as informações eram idênticas às do aluno anterior. É um registro mais simplificado e, aparentemente, menos trabalhoso de ser executado. Destacamos estes mestres da Vila de Castro com a intenção de ressaltar que, em meio à heterogeneidade das formas destes registros, observa-se semelhança entre aqueles que eram produzidos na mesma localidade por professores que atuavam juntos e diferenças em relação àqueles que eram produzidos em outros lugares. Este aspecto é perceptível em outras vilas e cidades da região, como é o caso de Curitiba, onde não foi identificado vínculo de parentesco entre os professores públicos João Baptista de Proença e Maria do Carmo de Moraes, mas suas produções apresentam similaridades bastante acentuadas (ver figuras IX y X).

A materialidade desses mapas nos instiga a considerar que arranjos sociais (relações de compadrio, agregados) transbordavam os vínculos de parentesco oficiais. As escritas docentes indiciam práticas de divisão social do trabalho na produção de uma documentação escolar pelos professores, permeando a transmissão e invenção do magistério. Tais possibilidades investigativas exigem esforços na ampliação dos recursos metodológicos, a fim de percebê-los e interpretá-los.

A mirada para a materialidade dos mapas de frequência requer a realização de perguntas etnográficas às fontes, buscando-se acessar "experiências de sociabilidade compartilhadas" (Escolano, 2010). No caso dos mapas de frequência, a análise remete, principalmente, às "práticas da cultura empírica e ao *hábitus* do ofício do professor" (Escolano, 2010: 17-18). A micro-história e a etno-história, com estratégias próximas daquelas empregadas na medicina para efetuar diagnósticos médicos e na arte da caça para perseguir animais, emulam atentar

Relação dos alumnos que frequentão a Aula Nacional de 1.º de Junho de 1850 até ao dia 27 de Janeiro de 1850.

569

Nome	Idade	Aluguer	Matrícula	Dias
1	14	1.º de Junho de 1850	14	14
2	14	1.º de Junho de 1850	14	14
3	14	1.º de Junho de 1850	14	14
4	14	1.º de Junho de 1850	14	14
5	14	1.º de Junho de 1850	14	14
6	14	1.º de Junho de 1850	14	14
7	14	1.º de Junho de 1850	14	14
8	14	1.º de Junho de 1850	14	14
9	14	1.º de Junho de 1850	14	14
10	14	1.º de Junho de 1850	14	14
11	14	1.º de Junho de 1850	14	14
12	14	1.º de Junho de 1850	14	14
13	14	1.º de Junho de 1850	14	14
14	14	1.º de Junho de 1850	14	14
15	14	1.º de Junho de 1850	14	14
16	14	1.º de Junho de 1850	14	14
17	14	1.º de Junho de 1850	14	14
18	14	1.º de Junho de 1850	14	14
19	14	1.º de Junho de 1850	14	14
20	14	1.º de Junho de 1850	14	14
21	14	1.º de Junho de 1850	14	14
22	14	1.º de Junho de 1850	14	14
23	14	1.º de Junho de 1850	14	14
24	14	1.º de Junho de 1850	14	14
25	14	1.º de Junho de 1850	14	14
26	14	1.º de Junho de 1850	14	14
27	14	1.º de Junho de 1850	14	14
28	14	1.º de Junho de 1850	14	14
29	14	1.º de Junho de 1850	14	14
30	14	1.º de Junho de 1850	14	14

Vila de Castro 28 de Junho de 1850. Ignácio Moreira Villela Professor de Latim.

Figura VII: Mapa de frequência de alunos do professor público da Vila de Castro, Ignácio Moreira Villela, em 28 de dezembro de 1850. Arquivo Público do Estado de São Paulo (CO 5017).

Relação das meninas que frequentam a aula nacional de 1.000 letas da Villa de Vila Rica, no anno de 1850

Anno	Mes	Dias	Nome	Endereço	Observações
1850	965	11	1 Maria Clara	Soncy	25 de Setembro
"	"	"	2 Maria Clara	Barbosa	26 de Setembro
"	"	"	3 Maria Clara	Barbosa	27 de Setembro
"	"	"	4 Antonina	Barbosa	28 de Setembro
"	"	"	5 Emilia	Barbosa	29 de Setembro
"	"	"	6 Maria	Barbosa	30 de Setembro
"	"	"	7 Marcelina	Barbosa	1 de Outubro
"	"	"	8 Joana	Barbosa	2 de Outubro
"	"	"	9 Maria	Barbosa	3 de Outubro
"	"	"	10 Espiridiana	Barbosa	4 de Outubro
"	"	"	11 Maria	Barbosa	5 de Outubro
"	"	"	12 Angela	Barbosa	6 de Outubro
"	"	"	13 Anna	Barbosa	7 de Outubro
"	"	"			8 de Outubro
"	"	"			9 de Outubro
"	"	"			10 de Outubro
"	"	"			11 de Outubro
"	"	"			12 de Outubro
"	"	"			13 de Outubro
"	"	"			14 de Outubro
"	"	"			15 de Outubro
"	"	"			16 de Outubro
"	"	"			17 de Outubro
"	"	"			18 de Outubro
"	"	"			19 de Outubro
"	"	"			20 de Outubro
"	"	"			21 de Outubro
"	"	"			22 de Outubro
"	"	"			23 de Outubro
"	"	"			24 de Outubro
"	"	"			25 de Outubro
"	"	"			26 de Outubro
"	"	"			27 de Outubro
"	"	"			28 de Outubro
"	"	"			29 de Outubro
"	"	"			30 de Outubro
"	"	"			1 de Novembro
"	"	"			2 de Novembro
"	"	"			3 de Novembro
"	"	"			4 de Novembro
"	"	"			5 de Novembro
"	"	"			6 de Novembro
"	"	"			7 de Novembro
"	"	"			8 de Novembro
"	"	"			9 de Novembro
"	"	"			10 de Novembro
"	"	"			11 de Novembro
"	"	"			12 de Novembro
"	"	"			13 de Novembro
"	"	"			14 de Novembro
"	"	"			15 de Novembro
"	"	"			16 de Novembro
"	"	"			17 de Novembro
"	"	"			18 de Novembro
"	"	"			19 de Novembro
"	"	"			20 de Novembro
"	"	"			21 de Novembro
"	"	"			22 de Novembro
"	"	"			23 de Novembro
"	"	"			24 de Novembro
"	"	"			25 de Novembro
"	"	"			26 de Novembro
"	"	"			27 de Novembro
"	"	"			28 de Novembro
"	"	"			29 de Novembro
"	"	"			30 de Novembro
"	"	"			1 de Dezembro
"	"	"			2 de Dezembro
"	"	"			3 de Dezembro
"	"	"			4 de Dezembro
"	"	"			5 de Dezembro
"	"	"			6 de Dezembro
"	"	"			7 de Dezembro
"	"	"			8 de Dezembro
"	"	"			9 de Dezembro
"	"	"			10 de Dezembro
"	"	"			11 de Dezembro
"	"	"			12 de Dezembro
"	"	"			13 de Dezembro
"	"	"			14 de Dezembro
"	"	"			15 de Dezembro
"	"	"			16 de Dezembro
"	"	"			17 de Dezembro
"	"	"			18 de Dezembro
"	"	"			19 de Dezembro
"	"	"			20 de Dezembro
"	"	"			21 de Dezembro
"	"	"			22 de Dezembro
"	"	"			23 de Dezembro
"	"	"			24 de Dezembro
"	"	"			25 de Dezembro
"	"	"			26 de Dezembro
"	"	"			27 de Dezembro
"	"	"			28 de Dezembro
"	"	"			29 de Dezembro
"	"	"			30 de Dezembro
"	"	"			1 de Janeiro
"	"	"			2 de Janeiro
"	"	"			3 de Janeiro
"	"	"			4 de Janeiro
"	"	"			5 de Janeiro
"	"	"			6 de Janeiro
"	"	"			7 de Janeiro
"	"	"			8 de Janeiro
"	"	"			9 de Janeiro
"	"	"			10 de Janeiro
"	"	"			11 de Janeiro
"	"	"			12 de Janeiro
"	"	"			13 de Janeiro
"	"	"			14 de Janeiro
"	"	"			15 de Janeiro
"	"	"			16 de Janeiro
"	"	"			17 de Janeiro
"	"	"			18 de Janeiro
"	"	"			19 de Janeiro
"	"	"			20 de Janeiro
"	"	"			21 de Janeiro
"	"	"			22 de Janeiro
"	"	"			23 de Janeiro
"	"	"			24 de Janeiro
"	"	"			25 de Janeiro
"	"	"			26 de Janeiro
"	"	"			27 de Janeiro
"	"	"			28 de Janeiro
"	"	"			29 de Janeiro
"	"	"			30 de Janeiro
"	"	"			31 de Janeiro
"	"	"			1 de Fevereiro
"	"	"			2 de Fevereiro
"	"	"			3 de Fevereiro
"	"	"			4 de Fevereiro
"	"	"			5 de Fevereiro
"	"	"			6 de Fevereiro
"	"	"			7 de Fevereiro
"	"	"			8 de Fevereiro
"	"	"			9 de Fevereiro
"	"	"			10 de Fevereiro
"	"	"			11 de Fevereiro
"	"	"			12 de Fevereiro
"	"	"			13 de Fevereiro
"	"	"			14 de Fevereiro
"	"	"			15 de Fevereiro
"	"	"			16 de Fevereiro
"	"	"			17 de Fevereiro
"	"	"			18 de Fevereiro
"	"	"			19 de Fevereiro
"	"	"			20 de Fevereiro
"	"	"			21 de Fevereiro
"	"	"			22 de Fevereiro
"	"	"			23 de Fevereiro
"	"	"			24 de Fevereiro
"	"	"			25 de Fevereiro
"	"	"			26 de Fevereiro
"	"	"			27 de Fevereiro
"	"	"			28 de Fevereiro
"	"	"			29 de Fevereiro
"	"	"			30 de Fevereiro
"	"	"			31 de Fevereiro



5 6 8

Figura VIII: Mapa de frequência de alunas da professora pública da Vila de Castro, Maria Ignácia Moreira e Souza, em 28 de dezembro de 1850. Arquivo Público do Estado de São Paulo (CO 5017).

Matrícula	Ano	Nome	Profiss.	Religião	Idade	Estado	Religião	Profiss.
1848	16	18	Francisco de Paula de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1849	16	18	Paulo de Brito	7	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1850	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1851	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1852	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1853	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1854	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1855	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1856	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1857	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1858	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1859	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1860	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1861	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1862	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1863	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1864	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1865	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1866	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1867	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1868	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1869	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1870	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1871	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1872	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1873	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1874	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1875	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1876	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1877	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1878	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1879	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica
1880	17	19	Francisco de Brito	8	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica	Religião Católica

417

C. Baptista Brandão de Proença

Figura IX: Mapa de frequência de alunos do professor público da Cidade de Curitiba, João Baptista Brandão de Proença, em 15 de novembro de 1850. Arquivo Público do Estado de São Paulo (CO 5017).

Relatório de alunas que frequentaram a sala pública de Desenho. Maria do Carmo de Moraes de Souza, 1850

Matrícula	Nome	Residência	Idade	Profissão	Observações
114	11	Francisca de Paula de Moraes	16	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
115	12	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
116	13	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
117	14	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
118	15	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
119	16	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
120	17	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
121	18	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
122	19	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
123	20	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
124	21	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
125	22	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
126	23	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
127	24	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
128	25	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
129	26	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
130	27	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
131	28	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
132	29	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
133	30	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
134	31	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
135	32	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
136	33	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
137	34	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
138	35	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
139	36	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
140	37	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
141	38	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
142	39	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
143	40	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
144	41	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
145	42	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
146	43	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
147	44	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
148	45	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
149	46	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
150	47	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
151	48	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
152	49	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
153	50	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
154	51	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
155	52	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
156	53	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
157	54	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
158	55	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
159	56	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
160	57	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
161	58	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
162	59	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
163	60	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
164	61	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
165	62	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
166	63	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
167	64	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
168	65	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
169	66	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
170	67	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
171	68	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
172	69	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
173	70	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
174	71	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
175	72	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
176	73	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
177	74	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
178	75	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
179	76	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
180	77	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
181	78	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
182	79	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
183	80	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
184	81	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
185	82	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
186	83	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
187	84	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
188	85	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
189	86	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
190	87	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
191	88	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
192	89	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
193	90	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
194	91	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
195	92	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
196	93	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
197	94	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
198	95	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
199	96	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
200	97	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
201	98	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
202	99	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes
203	100	Almeida Soares	9	Alfaiate de Moraes	Alfaiate de Moraes

Alfaiate de Moraes

Figura X: Mapa de frequência de alunas da professora pública da Cidade de Curitiba, Maria do Carmo de Moraes, em 15 de novembro de 1850. Arquivo Público do Estado de São Paulo (CO 5017).

para pistas, pegadas, rastros e odores na construção do relato histórico a partir de associações e sucessivas conjunturas, com vistas a uma “reconstrução dos significados das coisas do passado a partir dos indícios que mostram os testemunhos que merecem credibilidade” (Escolano, 2010:18).

Os alertas metodológicos do campo de estudos da cultura material escolar foram acionados na presente interpretação. Por serem escritas docentes e não propriamente objetos da cultura material, apresentam uma natureza específica, são listas pouco discursivas, com informações quantitativas e dados de identificação. Consideramos que, atentar para aspectos materiais dos textos escritos, e não apenas para os seus conteúdos, pode permitir saltos em nossas interpretações sobre o passado. A hipótese que apontamos, parte, inicialmente, dos vínculos familiares imediatos (irmãos, pais e filhos, casais), identificados pelo “fio do nome”, e avança pela interpretação da materialidade dos mapas, que indiciam possíveis “vínculos de parentela” entre professores de primeiras letras nas décadas iniciais do Brasil Oitocentista, levando em conta a semelhança destas escritas docentes.

Comentários finais

As materialidades dos mapas de frequência permitem a hipótese de que a formalidade das escritas docentes se relacione, também, com os arranjos familiares alargados, característicos do Brasil Oitocentista, e com o exercício e a transmissão familiar do ofício no interior dos espaços domésticos. Ao nos depararmos com mapas elaborados num mesmo tipo de papel, com distribuição espacial quase idêntica, categorias semelhantes e até a mesma caligrafia, sendo remetidos juntos na mesma data ao governo provincial, podemos aventar a possibilidade de que o seu processo de elaboração era compartilhado pelos sujeitos. Trabalhamos com a noção de “lares docentes” para a interpretação destas experiências e das formas de transmissão destes fazeres do magistério, dos segredos transmitidos de geração para geração, cujos escolhidos muitas vezes constituíam redes de parentesco nas décadas iniciais do século XIX.

A hipótese se fortalece quando percebemos que, apenas em 1854, o “Decreto nº 1.331-a, de 17 de fevereiro de 1854”, expedido pelo governo da Corte, no seu Art. 66, além de dispor que os professores públicos teriam a “obrigação” de remeter

[...] no fim de cada trimestre, um mapa nominal dos alunos matriculados, com declaração de sua frequência e aproveitamento, e no fim do ano um mapa geral, compreendendo o resultado dos exames, e notando dentre os alunos os que se fizeram recomendáveis por seu talento, aplicação e moralidade.

Explicitava que “os mapas serão organizados segundo modelos impressos, remetidos pelo Inspetor Geral” (Tambara e Arriada, 2005: 52–53). Com o expediente, tornava mais formalizada uma prática cuja regulação tinha sido menos padronizada até o momento e que permitira a variação encontrada nos documentos da primeira metade do Oitocentos.

A evidência corrobora a interpretação de que o magistério era produzido materialmente e transmitido como uma “herança imaterial”, uma herança almejada como as trajetórias dos irmãos “Neves”, em Morretes, permite inferir e o estudo de Nascimento (2011) avalia. A senda de interpretação é profícua quando observamos relações de predomínio da parentalidade na organização do tecido social.

Aliás, outras leis, promulgadas em 1854 e 1857, reforçam a análise sobre a importância da parentalidade na organização do magistério Oitocentista, visto que, ao regular o sistema de adjuntos, tanto na Corte quanto na Província do Paraná, concederam preferência aos filhos dos professores para assumirem a função. O Decreto 1331–a, de 17 de fevereiro de 1854, na Corte, afiançava no Capítulo II, Art. 35, que formariam a classe de professores adjuntos, preferencialmente “em igualdade de circunstâncias, os filhos dos professores públicos” e os alunos pobres. Na Província do Paraná, o artigo 84 do Regulamento de 8 de abril de 1857 previa que, “em igualdade de circunstâncias, serão preferidos por alunos–mestres, e professores adjuntos, os filhos dos professores da província” (Miguel e Martin, 2004: 31). Ou seja, conferia relativa autonomia para que o ofício fosse reproduzido no interior das próprias famílias.

Nos dois casos citados, tanto no que concerne aos Mapas quanto à formação pela prática, as leis indiciam o reconhecimento da existência de práticas tradicionais do magistério, que permeavam a experiência de tornar–se professor na primeira metade do século XIX. Ao institucionalizar práticas consagradas pelos usos e costumes, as leis revelam estratégias de controle e governo da profissão, dos profissionais e sua arte de fazer; ainda que, garantindo, aos professores, alguma autonomia nos processos de reprodução da docência. Ou seja, a legislação constitui–se enquanto espaço de negociações, lutas e embates, como sugere Thompson (1998).

De fato, a segunda metade do Oitocentos traria outra conformação para a organização do trabalho urbano. Kuznesof (1989: 54), ao discorrer sobre parentesco, clientelismo e estrutura social na São Paulo Oitocentista, lembra–nos que as associações artesanais urbanas, que controlavam o ingresso nas ocupações, usando critérios raciais ou sociais, começaram a declinar em 1840.

Por um lado, considerar o magistério como um ofício, incita–nos a perquirir este amálgama da parentalidade, urdida no interior de grupos sociais e responsável pela constituição de modos docentes, organizando relações de saber e poder e produzindo subjetividades, que se expressam nas práticas profissionais. Por outro, instiga–nos a indagar sobre a permanência de experiências,

tramadas historicamente no interior de uma corporação, mesmo quando esta corporação formalmente já não existe mais.

Fontes

- Araújo, Maria Lucilia V. (2006), "As práticas testamentárias paulistas da primeira metade do século XIX", *Revista História hoje*, revista eletrônica de História, vol. 3, núm. 9, abril, documento pdf: Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usuario/Meus%20documentos/Dropbox/FABIANA/textos%20diversos/Oitocentos/MariaLucilia.pdf>. (consulta:15/08/2014).
- Borges, Angelica (2014), "A urdidura do magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências", tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Brasil. Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/3_Imperio/lei%2015-10-1827%20lei%20do%20ensino%20de%20primeiras%20letras.htm>. (consulta:15/08/2014).
- _____. Lei de 1º de outubro de 1828. Artigo 70. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm>. (consulta:15/08/2014).
- Escolano Benito, Agustin (2010), "Patrimonio material de La escuela e historia cultural", em *Linhas*, vol. 11, núm. 2, pp. 13-28. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2125/1628>> (consulta:15/08/2014).
- Espada Lima, Henrique (2006), *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*, Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*.
- Foucault, Michel (1999), *La arqueología del saber*, México, Siglo XXI.
- Ginzburg, Carlo & Carlo Poni (1991), "O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico", em Carlo Ginzburg et al., *A Micro-História e outros ensaios*, Tradução de. Antônio Narino, Lisboa, Difel, pp. 169-178.
- Gvirtz, Silvina & Marina Larrondo (2008), "Os cadernos de classe como fonte primária de pesquisa: alcances e limites teóricos e metodológicos para sua abordagem", in Mignot, Ana C.V., *Cadernos à vista*, Rio de Janeiro, EdUERJ, pp. 35-48.
- Hilsdorf, Maria Lucia S. (1997), "Mestra Benedita ensina primeiras letras em São Paulo (1828-1858)", em *Seminário Docência, Memória e Gênero. GEDOMGE-FEUSP, Plêiade*, São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- Kuznesof, Elizabeth A. (1989), "A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-198)", *Revista Brasileira de História*, vol. 9, núm.17, set.1988/fev, pp.37-63.
- Levi, Giovanni (2000), *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII*, Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*.
- Marcato, Antonio Carlos (1984), "O nome da mulher casada II", *Revista Justitia*, vol. 46, núm. 124, pp. 155-174.
- Marcílio, Maria Luiza (1974), *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750 – 1850. Com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos*, São Paulo, Pioneira/EDUSP.
- Magalhães, Justino P. (2001), *Alquimias de escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime*, Bragança Paulista, Editora da Universidade São Francisco.
- Miguel, Maria E. B. e Martin, Sônia D. (Coords.), (2004), *Coletânea da Documentação Educacional Paranaense no período de 1854 a 1889*, Brasília, INEP, p. 52.

- Monteiro, Nuno Gonçalo (2008), "Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica", *Etnográfica – Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, vol.12 núm.1, maio/2008, pp. 45-58. disponível em: <<http://etnografica.revues.org/1599>>. (consulta 01/02/2015).
- Munhoz, Fabiana G. (2012), "Experiência Docente no Século XIX. Trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª Comarca da Província de São Paulo e da Província do Paraná", dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), Brasil.
- Nascimento, Cecília V. (2011), "Caminhos da docência: Trajetórias de mulheres professoras em Sabará – Minas Gerais (1830-1904)", tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMG), Belo Horizonte.
- Revel, Jacques (2000), "A história ao rés-do-chão", em Giovanni Levi, *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 7-37.
- Samara, Eni de M. (1988), "Estratégias matrimoniais do Brasil no século XIX", *Revista Brasileira de História*, vol. 8, núm. 15, set./fev., pp. 91-105.
- Santos, Antonio V. (1951a), *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Vila de Morretes e Porto de Cima [1851]*, Curitiba, Museu Paranaense.
- _____. (1951b), *Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Municipio [1850]*, 1ª edição, vol. 2, Curitiba, Museu Paranaense.
- Schueler, Alessandra F. (2002), "Forma e Culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, experiências, e profissionalização docente em escolas públicas primárias", tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- _____. (2007), "Professores primários como intelectuais da cidade: um estudo sobre produção escrita e sociabilidade intelectual (corte imperial, 1860-1889)", *Revista de Educação Pública*, Universidade Federal do Mato Grosso, núm. 17, pp. 50-65.
- Tambara, Elomar & Eduardo Arriada (Orgs.) (2005), *Coletânea de leis. Sobre o ensino primário e secundário no período imperial brasileiro*, Pelotas, Seiva.
- Thompson, Edward P. (1981), "O termo ausente: experiência", trad. Waltensir Dutra, em Edward P. Thompson, *A miséria da teoria ou um planetário de err*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 180-200.
- _____. (1998), *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 150-202.
- Vainfas, Ronaldo (1992), *Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão*, São Paulo, Ática.
- Veiga, Cynthia G. (2005), "A produção da infância nas operações escriturísticas da administração elementar no século XIX", *Revista Brasileira de História da Educação*, núm. 9, pp. 73-108.
- Vidal, Diana G. (2008), "Mapas de frequência a escolas de primeiras letras: fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX", *Revista Brasileira de História da Educação*, vol. 17, pp. 41-67.
- _____. (2010), "A docência como uma experiência coletiva: questões para debate", em J. Diniz Â Dalben e L. Leal (Orgs.), *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: didática, formação de professores e trabalho docente*, Belo Horizonte, Autêntica, pp. 711-731.
- Vidal, Diana G. & Gaspar, Vera da S. (2010), "Por uma história sensorial da escola e da escolarização", *Linhas*, vol.11, núm. 2, pp. 29-45, disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2127>>. (consulta 01/02/2015).

FABIANA GARCIA MUNHOZ. Historiadora, pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (2002, 2008, 2012). Cursa o doutorado no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. Professora de Educação básica da cidade de Rio Claro – SP/BR em licença sem vencimentos para o doutorado. Publicações recentes: *Experiência*

Docente no Século XIX. Trajetórias de professores de primeiras letras da 5ª Comarca da Província de São Paulo e da Província do Paraná, dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo/FEUSP, 2012, Brasil.

DIANA GONÇALVES VIDAL. Historiadora é Professora titular de História da Educação da Faculdade de Educação-USP, onde exerce o cargo de vice-diretora e coordena o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE). É pesquisadora do CNPq e coordenadora do Comitê Assessor desta Agência para a Área de Educação. Integra o Comitê Executivo da ISCHE (International Standing Conference for the History of Education) e o Conselho Científico do CEINCE (Centro Internacional de la Cultura Escolar). Foi presidente da Sociedade Brasileira de História da Educação. Doutorou-se em História da Educação com a tese *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Atua principalmente com os seguintes temas: cultura escolar, escola nova, práticas escolares de leitura e escrita, historiografia e circulação internacional de modelos e práticas pedagógicas.

Recibido: 12 de septiembre de 2014

Aceptado: 23 de febrero de 2015